

## **Ensino de história e livros didáticos: uma análise sobre os livros do PNLD e o tema do governo João Goulart (1961-1964)**

## **Teaching history and textbooks: an analysis of the PNLD books the theme of the João Goulart government (1961-1964)**

---

**Thiago Machado de Lima**

*Professor Substituto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.75.17

## RESUMO

O objetivo deste texto é analisar as representações do governo do presidente João Goulart (1961-1964) presentes em livros didáticos de História indicados pelo Ministério da Educação (MEC) e disponibilizados no Guia Digital do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), correspondente ao triênio de 2017/2018/2019. Nessa perspectiva, as reflexões apresentadas nesse trabalho contribuem para ampliar os estudos que versam sobre a produção do conhecimento histórico presente nos livros didáticos a partir de um conteúdo pouco explorado em trabalhos voltados para pensar educação e ensino de história. O governo do presidente João Goulart (1961- 1964) foi o último antes do golpe civil-militar de 1964 que abriu caminho para a instauração de uma ditadura no Brasil que durou 21 anos. Como esse governo é representado em livros didáticos de história e qual a relação existente entre a produção do conhecimento nas pesquisas universitárias e os conteúdos destinados às escolas são os problemas que nortearam esse texto.

**Palavras-chave:** ensino de história. livros didáticos. PNLD. Governo João Goulart.

## ABSTRACT

The objective of this text is to analyze the representations of the government of President João Goulart (1961-1964) present in History textbooks indicated by the Ministry of Education (MEC) and made available in the Digital Guide of the National Textbook Program (PNLD), corresponding to the 2017/2018/2019 triennium. In this perspective, the reflections presented in this work contribute to expand the studies that deal with the production of historical knowledge present in textbooks from a content little explored in works aimed at thinking about education and teaching history. The government of President João Goulart (1961-1964) was the last one before the civil-military coup of 1964 that paved the way for the establishment of a dictatorship in Brazil that lasted 21 years. How this government is represented in history textbooks and what is the relationship between the production of knowledge in university research and the content destined for schools are the problems that guided this text.

**Keywords:** teaching history. textbooks. PNLD. João Goulart government.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, são amplos os estudos que refletem sobre o livro didático como um instrumento importante do processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, a temática permite um leque de questões que pode ser explorado de diferentes formas. Pensando especificamente a relação entre a produção do conhecimento em História nas Universidades e os conteúdos presentes nos livros didáticos, os trabalhos se concentram prioritariamente no estudo das representações sobre o índio e o negro na sociedade do Brasil Colônia e Império, focando no papel dos recursos imagéticos utilizados. No que concerne à História Política brasileira, os estudos que se debruçam sobre os livros didáticos têm como foco o período da denominada Era Vargas.

O objetivo deste artigo é analisar as representações do governo do presidente João Goulart (1961-1964) presentes em livros didáticos de História indicados pelo Ministério da Educação (MEC) e disponíveis no Guia Digital do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) para

o triênio de 2017/2018/2019. Nessa perspectiva, esse trabalho contribui para ampliar os estudos acerca da produção do conhecimento histórico presente nos livros didáticos a partir de um conteúdo pouco explorado. O governo do presidente João Goulart (1961-1964), foi o último antes do golpe civil-militar de 1964 que abriu caminho para a instauração de uma ditadura que durou 21 anos. Como esse governo é representado em livros didáticos e qual a relação existente entre a produção do conhecimento nas pesquisas universitárias e os conteúdos destinados às escolas são os problemas que nortearam esse texto.

## O PNLD e o Guia para 2017/2018/2019

O que é de fato o livro didático? Como entender a complexidade desse material? Segundo Bittencourt, “a familiaridade com o uso do livro didático faz com que seja fácil identificá-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros”. Porém, “trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo”. O livro didático “possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares”. Nesse sentido, o livro didático é “um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências”. Como é um produto cultural produzido por técnicos que estabelecem suas características materiais, o livro didático “caracteriza-se, nessa dimensão material, por ser uma mercadoria ligada ao mundo editorial e à lógica da indústria cultural do sistema capitalista”.<sup>1</sup> Para além desses aspectos, o livro didático, conforme Bittencourt, é elemento importante no processo de ensino-aprendizagem, pois “constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais”. Desta forma, conclui-se que “como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares”.<sup>2</sup>

No que concerne ao processo de distribuição de livros didáticos pelo governo brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) possui um Programa Nacional do Livro Didático que oferece um Guia apresentado para as escolas públicas em formato online com o intuito de que os professores escolham o material para as últimas séries do ensino fundamental. No Guia do PNLD são disponibilizados livros de todas as áreas e a escolha dos professores é feita pensando no triênio. O processo de criação e avaliação que forma o Guia de Livros Didáticos começa bem antes do ano de divulgação. Existem etapas de editais para inscrição de editoras e também um processo de avaliação feito por docentes de universidades públicas. Todo o procedimento de escolha dos livros que são disponibilizados aos professores, passa por uma série de princípios gerais dispostos no site do Guia. Além das explicações de como se operacionaliza o processo, o site ainda apresenta uma série de compromissos que as escolas devem firmar e normas que devem seguir no momento da escolha dos livros. O principal critério corresponde à ética. Em seguida, são apresentados três tópicos de compromissos que concernem à preservação dos livros e devolução, às senhas correspondentes ao cadastramento da escola no Guia e a transparência no momento da escolha. O site ainda comporta sugestões com o objetivo de auxiliar os professores no momento da escolha do livro que vão trabalhar no triênio.

Para além desses elementos, o Guia do PNLD ainda contém um conjunto de tópicos burocráticos como: Fichas Catalográficas, equipe de coordenação, os termos necessários para se fazer o registro da escola e os códigos das coleções disponibilizadas. Por fim, o site conta com

<sup>1</sup> BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. SP: Cortez, 2011.p.301.

<sup>2</sup> Idem. p. 302.

um banco de dados onde os livros são disponibilizados para o acesso dos professores com o intuito de se fazer a análise. No caso dos livros de História para o triênio de 2017/2018/2019, foram disponibilizados quatorze livros de editoras como: Saraiva, Scipione, FTD, Moderna, Positivo, LEYA, Ática, Editora do Brasil, e IBEP. Os autores se dividem em Docentes Universitários com Doutorado, Mestres e Graduados atuantes na educação básica.<sup>3</sup> Como esses livros abordam o tema do governo do presidente Jango é o que pretendemos analisar, mas antes faremos uma pequena incursão sobre os principais fatos desse período histórico e as diferentes correntes de análises historiográficas.

## O governo Jango e as diferentes vertentes de análise na academia

Em 25 de agosto do ano de 1961, o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciou ao cargo.<sup>4</sup> Diante da sua renúncia, cabia ao vice-presidente assumir ao cargo, e este era João Goulart, pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Natural do Rio Grande do Sul, Jango, como era popularmente conhecido, tinha uma carreira política marcada pelo mandato de deputado federal, ministro do trabalho do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) e também vice-presidente de Juscelino Kubitschek (PSD).<sup>5</sup> Visto como um político de esquerda e “despreparado”, um movimento de civis e militares de direita buscou impedir a posse de Jango para presidente. Entretanto, uma enorme campanha de resistência, que ficou conhecida como campanha da legalidade, liderada pelo político Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, conseguiu barrar a ação que se configurava, na verdade, como um golpe na constituição. Mas esse caminho não se fez sem obstáculos. O desfecho partiu de uma solução negociada que resultou na votação, no Congresso Nacional, de um Ato Adicional que transformou o regime presidencialista brasileiro instaurado em 1945 e avalizado pela constituição federal de 1946, em um regime parlamentarista. Na verdade, “ao contrário do que seus adversários difundiram, Goulart não estava despreparado para dirigir o país, quando chegou a Brasília, após dez dias de crise, em 7 de setembro de 1961”. Entretanto, Jango “recebeu do Congresso um poder mutilado, enfraquecido, quando a situação do Brasil mais exigia um governo forte, centralizado, para efetuar as mudanças que o desenvolvimento do capitalismo reclamava”.<sup>6</sup>

Somente no início de 1963, com a realização de um plebiscito, Jango conseguiu retomar os plenos poderes de presidente, derrubando o parlamentarismo. O presidente Goulart tinha em seu programa de governo o objetivo de implantar as Reformas de Base, que significava o seguinte: “tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas sociais do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social”. Dentre as reformas mais importantes estavam “a bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa, agrária, e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não-graduados das Forças Armadas, a legalização do PCB”, o domínio do capital estrangeiro “e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia”.<sup>7</sup>

No período do governo Jango, a sociedade brasileira entrou em um processo de radicali-

3 BRASIL. Guia PNLD. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/> Acesso em: abr. de 2017

4 FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 23.

5 FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a História In: Idem (Coord.). João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 9.

6 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 147.

7 FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol.2. p. 522.

zação política. De um lado, setores da direita que buscavam manter privilégios e barrar lutas sociais. Do outro, organizações da classe trabalhadora que intensificavam suas lutas por direitos e por reformas radicais no país. Em meio a esse processo, juntava-se um contexto de Guerra-Fria em que o mundo se encontrava polarizado entre a influência do capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética. O desfecho das lutas e da radicalização política na sociedade brasileira durante o governo Jango se configurou na instauração de um golpe civil-militar em 31 de março de 1964 que derrubou o presidente. Com a vitória do golpe, o Brasil encerrou um ciclo de governos democráticos que vinha se desenrolando desde 1945 com o fim da Ditadura do Estado Novo. Nesse processo, o país entrou novamente numa Ditadura que acabou perdurando por 21 anos alternando governos militares.

Os estudos que buscaram compreender o golpe de 1964 e os governos que o antecederam são amplos e datam de longas datas. Entretanto, no que concerne primordialmente aos estudos realizados por pesquisadores e docentes da área de História, esse processo é bem mais recente. Como pontuou Carlos Fico, “foram os cientistas políticos os primeiros a tratar do período”. A exceção é o historiador Americano Thomas Skidmore.<sup>8</sup> As interpretações produzidas dentro da área da Ciência Política assim como da História foram muitas. Atualmente, podemos dividir os estudos historiográficos que tratam desse período em dois seguimentos: 1) trabalhos ligados ao marxismo; 2) trabalhos vinculados a Nova História Política. Nesse âmbito, as produções da Nova História Política possuem uma maior disseminação nas pesquisas realizadas nos programas de Mestrado e Doutorado no país.

Os historiadores que seguem a linha do marxismo destrincham diversas críticas enquadrando os estudos da Nova História Política como “revisionistas”. Basicamente, os estudos que mantêm um viés marxista buscam analisar o golpe de 1964 como o fim de um ciclo de governos populistas no Brasil. O período do governo João Goulart e a instauração do golpe de 1964 é tratado exclusivamente pelo aspecto da luta de classes.

Os estudos da chamada Nova História Política, buscaram ampliar o leque de análises. Para eles, o golpe de 1964 encerrou um ciclo de governos democráticos no país. As abordagens, sem negligenciar o aspecto das lutas de classe, mas também sem torna isso uma mordaça de pesquisa, centram em outros elementos como lutas político-partidárias, relação entre trabalhadores e governo, culturas políticas, memória e representações. Trata-se de estudos marcados pela própria renovação dos estudos históricos que marcaram o campo da história após a segunda metade do século XX.

A questão é que além de ser um tema de pesquisa, o governo do presidente João Goulart, por ter sofrido um golpe de Estado que mais marcou a política nacional, é também um tema de acirrados debates políticos, pois ainda é uma ferida aberta no inconsciente nacional. Diante do exposto, e buscando contemplar o objetivo principal do nosso trabalho, cabe-nos a pergunta: quais são de fato as teses levantadas sobre o governo João Goulart que estão presentes nos livros didáticos do Guia do PNLD para o triênio 2017/2018/2019 e, sendo assim, quais as representações sobre esse período da história do Brasil que esses livros estão disseminando? É o que analisaremos a seguir.

<sup>8</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2014. p.20.

## As representações do governo Jango nos livros didáticos

Após o processo de escolha dos livros didáticos por parte dos professores, muitas editoras retiraram do ar o acesso ao material pelo site do Guia do PNLD. Por esta razão, dos quatorze livros apresentados para o triênio 2017/2018/2019, muitos ficaram indisponíveis. Aqui, analisaremos três livros. O primeiro foi publicado pela Editora Positivo e está intitulado *Piatã História*. A autoria é de Vanise Maria Ribeiro e Carla Maria Anastasia. Especificamente sobre o governo Jango, as autoras fazem uma análise que congrega, pontos importantes desse período da história brasileira. Entretanto, recaem em algumas teses já refutadas pela historiografia recente. Primeiro, as autoras definem Jango, e seus antecessores como “populistas”. O capítulo do livro em que se encontra o governo Jango e o processo de instauração do golpe de 1964 foi denominado de “A crise do populismo”.<sup>9</sup>

Durante muito tempo, nos estudos acadêmicos sobre a política brasileira da Era Vargas até o golpe de 1964, um conceito operacional que se tornou a chave de acesso dos intelectuais ao período foi o de “populismo”. O “populismo” correspondia a uma forma política em que líderes carismáticos, chamados populistas, cooptavam e manipulavam os trabalhadores dando-lhes benefícios efêmeros em troca de apoio. A manipulação e cooptação vinham acompanhadas de um aparato repressivo que mantinha os trabalhadores apaziguados, enquanto os governantes usufruíam das benesses. Nesse cenário, Vargas, e mesmo Jango, foram considerados populistas.

Na virada dos anos 1980 para os 1990, surgiram estudos que começaram a contestar o populismo como categoria explicativa do período de 1945 a 1964. Esses estudos seguiam as lógicas das renovações no campo da História Política na interface com a História Cultural. No fim do século XX, foi publicado um livro de artigos intitulado *O populismo e sua história*, organizado por Jorge Ferreira. Nesse trabalho, os autores trataram de pensar o conceito, suas limitações e equívocos, assim como analisaram a relação entre governos populares e trabalhadores por outro viés. Para Ferreira, “a noção de populismo tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco.” Segundo ele, “o populismo como categoria explicativa teve a função de responder a uma pergunta inquietante: por que os trabalhadores manifestaram apoio a Getúlio Vargas durante” o período do “Estado Novo e quais razões que os levaram, entre 1945 e 1964, a apoiar líderes trabalhistas”, como João Goulart, “e votar no PTB?” As respostas para essa questão, seguindo o conceito de populismo são insatisfatórias para Ferreira, pois centra apenas no aspecto da manipulação dos trabalhadores. Além disso, a noção de populismo não frisa as peculiaridades históricas de cada governo e projeto político. Não entende em sua complexidade as tradições políticas.<sup>10</sup>

Por outro lado, Jorge Ferreira defende e se afina com a noção de trabalhismo, com influência principalmente do estudo da historiadora Angela de Castro Gomes. Assim, o espaço de tempo transcorrido entre 1945 a 1964 é visto como período em que os trabalhadores brasileiros estabeleceram uma relação legítima com determinados governantes e buscaram conquistas sociais através de lutas, acordos e projetos comuns. Sem desconsiderar o aspecto da manipulação e da repressão, o autor entende que existiram na verdade políticos trabalhistas, vinculados principalmente ao PTB, que estiveram dispostos a dialogar com a classe trabalhadora.

Nesse período, se estabeleceu uma relação “em que as partes, Estado e classe tra-

9 RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Piatã História*: 9º ano. Curitiba: Editora Positivo, 2015. p.154.

10 FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p.8-11-13.

balhadora, identificaram interesses comuns. Para matizar a questão, no “trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentos que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930”. Entendido “como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica”.<sup>11</sup> Nesse sentido, o governo do presidente Goulart é encarado como pertencente a um projeto político trabalhista, sendo desvinculado do conceito empobrecedor de “populismo”. Desta forma, a análise e escolha das autoras Vanise Ribeiro e Carla Anastasia no livro didático *Piatã História* ainda permanece preza a leituras historiográficas que não seguem as renovações dos estudos históricos produzidos nas universidades brasileiras entre o fim do XX e início do XXI. Numa outra incursão nesse livro, separamos um trecho que trata dos apoios e oposições ao governo Jango:

As tentativas de João Goulart de resolver problemas críticos que afligiam o Brasil por meio das reformas de base encontravam no Congresso um grande entrave, favorecendo o acirramento das tensões e um clima de radicalização que, na prática, deixava o presidente cada vez mais isolado e sem apoio.<sup>12</sup>

A ideia de que o presidente ficou isolado e sem apoio no congresso por conta das reformas também não condiz com os estudos mais recentes sobre seu governo. Em trabalho publicado no ano de 2014 e intitulado *1964, o golpe que derrubou um presidente*, os autores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes demonstram como ao longo do período de 1963 diversos grupos no congresso nacional, tanto da direita, quanto da esquerda, queriam as Reformas de Base. O impasse se dava no quesito de como essas reformas seriam feitas. No início de 1964, período mais crítico do governo Goulart, os autores demonstram, a partir de fontes históricas, que dentro do congresso nacional o presidente teve alternativas de escolha de apoio em sua base como a proposta da criação de uma Frente Progressista pelo deputado Santiago Dantas e de uma aliança mais radical com deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>13</sup> Outro ponto é que o governo João Goulart em suas pretensões de reformas de base, com o foco na Agrária, tinha um grande apoio da população brasileira nos meses antes do golpe de 1964. Num interessante artigo de autoria de Mario Grynspan, intitulado *O período Jango e a questão agrária [...]*, o pesquisador apresentou, com base em fontes históricas ainda não exploradas na época, que “72% dos eleitores das principais capitais brasileira” em 1964 consideravam importante e necessária a realização da reforma agrária.<sup>14</sup>

O segundo livro que analisamos é também da Editora Positivo e está intitulado *História para nosso tempo*, de autoria de Flávio Beirutti. Logo no início do texto relacionado ao período em que se desenrolou o governo Jango, o autor recai na mesma análise de que o espaço de tempo compreendido entre 1946 e 1964 representou a ascensão do “populismo”:

O período de 1946 a 1964, no qual as práticas formais foram restabelecidas, ficou conhecido pela expressão Era do populismo. Os presidentes do período populista (e seus respectivos mandatos) foram os seguintes: Eurico Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1964); Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos (1954-1956); Juscelino Kubitschek (1956-1961); Jânio Quadros (1961); e João Goulart (1961-1964).<sup>15</sup>

Todos os governos se encaixam na alcunha do “populismo” sem ser pensados de forma atenta suas peculiaridades. O autor não estabelece um diálogo com a historiografia crítica ao

<sup>11</sup> *Idem*, p. 113.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 160.

<sup>13</sup> FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro., *op.cit.*, p.231.

<sup>14</sup> GRYNSZPAN, Mário. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.p.62

<sup>15</sup> BEIRUTTI, Flávio. *História para nosso tempo*. 9º Ano. Curitiba: Editora Positivo, 2015. p.267.

conceito e revisora desse período da história do Brasil. A noção de trabalhismo não é sequer mencionada aos leitores. Mesmo discordando dessa tese o autor deveria ao menos apresentar aos estudantes que existem outras versões para analisar esse período da história nacional. Em outro momento do livro, Flávio Beirutti faz a seguinte análise:

Foi no governo Goulart que a crise do populismo no Brasil chegou ao seu momento culminante. De fato o governo parlamentarista não conseguiu funcionar a contento, o que levou à antecipação do plebiscito que deveria ocorrer em 1965 para saber se os eleitores queriam a continuação do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo. O resultado do plebiscito foi amplamente favorável a Goulart. Em 1963, Goulart retomou o poder. Daí até o início de 1964, a crise política foi só se agravando. As pressões dos trabalhadores urbanos por aumento de salários, dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, dos setores médios por reformas educacionais, econômicas e financeiras deixavam os setores conservadores preocupados com o avanço do que eles entendiam como uma escalada sindicalista-comunista.<sup>16</sup>

Além de destacar o governo Jango como o momento final do “populismo”, o autor recai numa representação equivocada de que se governo viveu o tempo todo sob crise ou sitiado, fato que gerou uma paralisia decisória. Nesse caso, Flávio Beirutti aparentemente se remete à tese do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos intitulada *O cálculo do conflito*, defendida nos Estados Unidos em 1979.<sup>17</sup> Beirutti não levou em consideração as recentes análises de Hildete Pereira de Melo, Carlos Pinkusfeld e Victor Leonardo de Araújo no artigo nomeado *A política macroeconômica e o reformismo social*, em que demonstram que o governo João Goulart de fato só começou a esgotar seus canais de diálogo com os diferentes grupos políticos a partir do segundo semestre de 1963. Ademais, muitas ações do presidente também não surtiram efeito não porque seu governo estava sitiado, mas por conta de um contexto de crise que se fazia em escala mundial devido à Guerra-Fria.<sup>18</sup>

O terceiro livro que analisamos está intitulado *Projeto Telárias: história do século XX e XXI* produzido pela Editora Ática e de autoria de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Numa análise geral sobre o governo Jango, os autores elencaram a seguinte narrativa:

Em 1960, a UDN apoiou a candidatura de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, à presidência da República. Jânio Quadros venceu as eleições, mas renunciou ao cargo sete meses depois. Quem deveria assumir a presidência era o vice-presidente João Goulart, mais conhecido como Jango. Goulart era do PTB e ligado aos sindicatos de trabalhadores. Por causa disso, a oposição e os militares quiseram impedir sua posse, acusando-o de simpático ao comunismo. Mas Jango foi apoiado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também do PTB. Muitos políticos temiam que a briga entre Brizola e os adversários de Jango provocasse uma guerra civil. Para impedir que isso acontecesse, o Congresso Nacional aceitou dar posse a Jango, mas retirou dele alguns poderes. Assim, foi instituído o parlamentarismo, regime no qual o chefe de governo é o primeiro-ministro nomeado pelo Congresso, e não o presidente. Em 1963, houve um plebiscito para decidir se o regime parlamentarista deveria continuar ou se o Brasil deveria voltar ao presidencialismo. A maioria dos eleitores votou pelo presidencialismo.<sup>19</sup>

Diferente dos outros livros que analisamos, a percepção apresentada por Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi transcende as interpretações de que a política brasileira no período João Goulart foi marcada pelo “populismo”. Ao contrário, busca focar nos acontecimentos políticos que propiciaram a chegada de Jango ao poder dando uma ideia de processo histórico e estando mais

<sup>16</sup> *Idem*. p. 271.

<sup>17</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2003.

<sup>18</sup> MELO, Hildete Pereira de; PINKUSFELD, Carlos; ARAÚJO, VICTOR Leonardo d. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado* In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

<sup>19</sup> AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *Projeto Telárias: história do século XX e XXI*. 9º ano. São Paulo: Ática, 2015. 126-127



próximo dos estudos referentes à Nova História Política. Seguindo no texto do livro, encontramos a seguinte análise:

Fortalecido pelo plebiscito, Jango procurou promover uma série de reformas na sociedade e na economia. Entre as medidas propostas se destacavam as reformas agrária, urbana e tributária, além da nacionalização de empresas estrangeiras nas áreas de serviços, como telefonia e energia. Essas medidas provocaram revoltas entre os grupos mais ricos da sociedade e entre os chefes militares e a oposição política. Todos eles acusavam as reformas propostas pelo governo de favoráveis ao comunismo. Entre os militares, teve início uma conspiração para derrubar o presidente da República.<sup>20</sup>

Os autores conseguem passar uma amplitude das propostas de Jango em seu governo, não o colocando como um presidente paralisado ou mesmo paternalista com os trabalhadores. Entretanto, o texto, em suas últimas linhas, recai numa representação equivocada de que todos os setores da oposição política a Jango se fecharam para as reformas acusando seu governo de comunista. Em trabalho intitulado *Democracia ou Reformas?*, de Argelina Cheibub Figueiredo, publicado no início da década de 1990, a autora demonstrou como em vários momentos do governo Jango foi possível realizar as reformas de base de forma negociada com diferentes segmentos políticos da sociedade brasileira.<sup>21</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, podemos demarcar que os livros didáticos analisados se encontram no limiar entre a discrepância e aproximações com os saberes históricos produzidos por docentes universitários. Embora alguns se mantenham presos a análises já revisadas e refutadas pela historiografia, outros conseguem transcender e ir adiante, mesmo recaindo em alguns equívocos. Mas, a despeito dessas questões, é importante pensarmos, conforme entende Circe Bittencourt, que não existe “um livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino, um substituto do trabalho do professor”. Os docentes da educação básica, e nesse caso professores de história, passaram por cursos de graduação em universidades e espera-se que tenham adquirido habilidades de realizar críticas historiográficas. Com isso, as possíveis contradições dos livros didáticos podem ser superadas pelo professor a partir de explicações mais densas e atentas. Seguindo ainda o pensamento de Bittencourt, é importante não potencializarmos as críticas aos livros didáticos apontando apenas suas “deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais ou informativos”. É necessário entender que esse tipo de material “possui limites, vantagens e desvantagens como os demais materiais dessa natureza e é nesse sentido que precisa ser avaliado”.<sup>22</sup>

Do ponto de vista da própria produção historiográfica feita por docentes universitários, cabe frisarmos que as mudanças ocorrem de forma lenta. As pesquisas não superam umas às outras rapidamente nem tampouco deixam de dialogar entre si. São necessários anos de estudos e desenvolvimentos de projetos para que surjam análises renovadas sobre determinados períodos históricos e, nesse caso específico que estamos tratando, sobre o governo Goulart, último antes do golpe de 1964. Nesse sentido, se do ponto de vista dos debates em pesquisas acadêmicas existe um processo lento de renovação, é plausível entendermos que a transposição desses saberes renovados leve um tempo para se chegar aos livros didáticos, gerando

<sup>20</sup> *Idem*. p.217

<sup>21</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>22</sup> BITTENCOURT, *op.cit.*, p. 300

assim discrepâncias entre os conteúdos que estão sendo apresentados na sala de aula da educação básica e os que são abordados nas universidades. Vale lembrar que esses livros passam por comissões de avaliação formadas justamente por professores de universidades públicas do Brasil e que aparentemente também não tratam com rigor essas sintonias e descompassos entre conteúdos e pesquisas recentes.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. Projeto Telárias: história do século XX e XXI. 9º ano. São Paulo: Ática, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BEIRUTTI, Flávio. História para nosso tempo. 9º Ano. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

BRASIL. Guia PNLD. 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/pnld-2017/> Acesso em: abr. de 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. SP: Cortez, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a História In: Idem (Coord.). João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Ângela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol.2.

FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FICO, Carlos. Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política – 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GRYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; PINKUSFELD, Carlos; ARAÚJO, VICTOR Leonardo d. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). João Goulart: entre a memória e a História. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Piatã História: 9º ano. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; IUPERJ, 2003.